

PROGRAMA FORMATIVO “PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E GESTÃO CULTURAL”



Casa Mário de Andrade

Centro de Pesquisa e Referência

Programa Formativo “Patrimônio, Memória e Gestão Cultural”

Patrimônio cultural integrado:

uma proposta de viabilidade conceitual a partir do estudo de caso da Igreja
Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo

Trabalho apresentado como requisito parcial
para a conclusão do Programa Formativo
“Patrimônio, Memória e Gestão Cultural”, sob
orientação das professoras Cecília Machado
e Juliana Monteiro.

Frederico Augusto Lopes da Silva
Karolline de Oliveira Lourenço
Paula de Oliveira Feliciano
Rafael Balseiro Zin
Vitor Kibaltchich Coelho
Vitoria Ramoska

São Paulo

2023

Resumo

O presente ensaio tem como objetivo propor uma reflexão acerca da atual noção de *patrimônio cultural integrado*, apresentando uma proposta de viabilidade conceitual a partir do estudo de caso da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, localizada no Largo do Paiçandu, s/nº, no centro histórico da capital paulista. Partindo da ideia de que toda materialidade pressupõe alguma imaterialidade e de que toda imaterialidade carrega, em si mesma, alguma materialidade, o intuito desse trabalho é trazer à tona, justamente, a discussão sobre a prática de reconhecimento de um determinado bem ou manifestação cultural, sem o viés dicotômico que separa o patrimônio material do patrimônio imaterial.

Palavras-chave: Patrimônio cultural integrado; tombamento híbrido; Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo; estudo de caso.

1. Introdução

O “patrimônio cultural imaterial” ou “intangível” tem se tornado objeto de crescente atenção por parte dos órgãos de preservação, das universidades e também dos grupos detentores do saber tradicional, desde que a primeira legislação voltada para a área foi promulgada no país. Trata-se do Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, além de ter criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, dando outras providências. A noção de “patrimônio integrado”, ou então de “tombamento híbrido”, por sua vez, é relativamente recente e vem sofrendo alterações significativas nos últimos anos, conforme os debates sobre a área do patrimônio cultural avançam. Isso porque, as novas tendências começaram a ultrapassar os limites da preservação que se circunscreviam apenas à arquitetura e aos monumentos públicos edificadas, assim como aos objetos artísticos ou de relevância histórica ligados à cultura erudita.

Contemplando uma nova visão de patrimônio integrado, que considera redutor preservar histórias parciais muito pouco elucidativas, os esforços de preservação voltam-se agora ao campo do imaterial, do intangível, das práticas e técnicas que representam relevância cultural para determinadas comunidades ou regiões. Essa herança envolve os saberes, os fazeres, as tradições, as línguas, as lendas, a memória oral, entre outros elementos. Ainda que o patrimônio cultural imaterial mantenha um sentido forte de identidade e de continuidade, devemos considerar sempre o seu caráter, por vezes vulnerável, que resulta do fato de se constituir em atividades realizadas por indivíduos e em locais que nem sempre usufruem de condições favoráveis para sua manutenção. Some-se a isso o constante processo de reinterpretação, resultado da participação ativa das comunidades envolvidas no processo, que veem essas manifestações não como “obras a serem preservadas”, mas como expressões a serem experienciadas enquanto um corpo inserido no contexto social.

Tomando esses breves apontamentos como ponto de partida, vejamos um exemplo bastante recente sobre como proceder nesse sentido. O município mineiro de Santana dos Montes, localizado a cerca de 130 quilômetros da capital Belo Horizonte, alcançou um feito inédito no que diz respeito às políticas de preservação. O Conselho Estadual do Patrimônio Cultural de Minas Gerais, o Conep, fazendo uso de uma metodologia participativa e do atual conceito de “patrimônio integrado”, decidiu por unanimidade, em novembro de 2022, realizar o primeiro “tombamento híbrido” referente ao seu patrimônio municipal, contemplando os bens materiais presentes no núcleo histórico da cidade e os elementos simbólicos e afetivos relacionados ao patrimônio imaterial local. Por meio de

oficinas culturais e de ferramentas de participação social como os inventários participativos, que contaram com a contribuição de grupos de folias, congados, tocadores de viola, empresários do setor hoteleiro e outros membros da sociedade civil, foi possível identificar, de acordo com informações da Secretaria da Cultura de Minas Gerais, uma série de elementos e referências culturais que foram integrados ao processo de tombamento. A ação inédita constitui-se como um verdadeiro marco nas atividades do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, o IEPHA, uma vez que o órgão passa a atualizar as suas ações e metodologias utilizando um conceito ampliado de patrimônio cultural, como prevê a Constituição Federal de 1988, sem que haja a distinção entre os elementos materiais ou imateriais. E incorpora em seus processos as premissas da sociedade civil, sem hierarquizar o conhecimento técnico produzido pela instituição ao longo dos anos e o desejo popular daqueles que vivenciam e preservam esse patrimônio cultural vivo em âmbito municipal.

O exemplo trazido pelo município mineiro de Santana dos Montes, portanto, será utilizado por nós, nessa breve reflexão, para pensarmos como proceder com relação ao patrimônio cultural paulista, considerando que, até hoje, nenhum órgão de preservação, nas esferas municipais ou mesmo na estadual, teve um caso de “tombamento híbrido” efetivado. Para tanto, tomaremos como estudo de caso a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, localizada no Largo do Paiçandu, s/nº, no Centro Histórico de São Paulo, por se tratar de um bem tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, o Conpresp, em 1992, no que diz respeito à sua importância histórica e arquitetônica, mas que não teve a mesma atenção do órgão municipal com relação aos elementos imateriais que envolvem o espaço, como a sincretismo religioso que ali se manifesta e a resistência da comunidade negra que o templo representa.

2. A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo

A atual Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo foi construída por trabalhadores e voluntários negros católicos no início do século XX, após a edificação original, instalada onde hoje se encontra a Praça Antônio Prado, na região central da cidade, ter sido demolida em 1903, devido ao processo de replanejamento urbano realizado no início dos anos 1900, pelo então prefeito da capital Antônio da Silva Prado. O antigo templo já havia substituído a pequena capela construída no mesmo local no primeiro quartel do século XVIII (1711 e 1721), configurando-se como um espaço de reunião da população negra, que celebrava ritos católicos misturados a manifestações religiosas de matriz africana. Segundo o jornalista Francisco Nardy Filho, em matéria

publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 15 de março de 1936, a capela estava voltada para o lado do Anhangabaú, considerada uma região periférica da cidade, onde pretos livres e escravizados se dedicavam a cultivar a imagem de Nossa Senhora do Rosário.

Reconhecido como um dos cultos mais antigos exercidos na cidade de São Paulo, sendo sua prática atestada desde o final do século XVI a partir de “referências em testamentos e inventários dos primeiros anos da terra Piratininga” e pela especial “devoção dos jesuítas pelo Rosário” (ARROYO, 1954, p. 172), trata-se de um verdadeiro patrimônio imaterial presente na capital paulista. Como nos conta o escritor Antônio de Alcântara Machado (1980, p. 199-200), a primeira menção ao culto foi registrada em testamento pelos colonizadores portugueses no final do século XVI¹. A devoção à Nossa Senhora do Rosário pelos negros de São Paulo é explicada pelo fato de grande parte dos cativos, de procedência *banto*, sobretudo aqueles vindos do Congo, terem se associado no Brasil a confrarias e irmandades religiosas. Dessas organizações, logo, as mais destacadas eram a de São Benedito e a de Nossa Senhora do Rosário dos negros congos², sendo que “esta última já era a sua padroeira em África, por influência dos colonizadores portugueses”, como explica Arthur Ramos (1940, p. 151). A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo mantinha, assim, diversas iniciativas entre os seus devotos, desenvolvendo papel de relevo no cenário escravocrata paulista e, em especial, da capital.

2.1. Precedentes históricos

Documentos estudados por Leonardo Arroyo e apresentados na obra *Igrejas de São Paulo*, de 1954, deram indícios da gênese da organização da comunidade negra na cidade. Em 1721, os membros da primeira irmandade de que se tem notícia enviaram uma representação ao rei de Portugal, pedindo permissão para “edificar um templo em que pudessem solenizar os mistérios do Rosário da Mãe de Deus” (ARROYO, 1954, p. 175). Além da permissão, eles solicitaram ao governante um sino e ornamentos para enfeitar o altar, a fim de melhor adequar a capela onde aconteceriam as celebrações. A

¹ Em São Paulo, como em todas as terras povoadas pela gente lusitana, pululavam as confrarias. A primeira de que se faz menção nos autos divulgados é a de Nossa Senhora do Rosário.

² Os santos mais venerados entre os escravizados nas colônias portuguesas não estavam ligados à cor da pele nem a mártires cativos, mas sim a uma complexa ressignificação cultural e práticas religiosas afro-brasileiras. Além dos santos mencionados, São Elesbão, Santa Efigênia e Santo Antônio de Categeró também eram reverenciados. Essas representações culturais incluíam personagens como reis e rainhas, príncipes e princesas, bastante comuns nas tradições folclóricas e religiosas e no patrimônio imaterial (PELEGRINI, 2015, p. 3085).

imagem de Nossa Senhora do Rosário teria sido colocada pelos próprios negros sob o altar da capela, a partir da doação do sacerdote franciscano e então bispo do Rio de Janeiro, Antônio de Guadalupe. A construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário começou em 2 de novembro de 1725, em um terreno próximo à igreja dos beneditinos, e teve suas obras finalizadas em 1737. A nova edificação batizou o largo com o seu nome e também a “rua que vai do pátio da Sé para Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos”. Na sessão da Câmara ocorrida em 11 de outubro de 1749, o logradouro foi referenciado como “quintal de Nossa Senhora do Rosário dos pretos, as quais ficam olhando para o rio de São Bento” (ARROYO, 1954, p. 178).

Em meados de 1850, o urbanismo de São Paulo sofreu a interferência do poder secular, momento em que os interesses da elite paulistana se juntaram aos da Igreja Católica, mostrando seu incômodo com relação aos lugares ocupados pela comunidade negra na cidade. O primeiro processo de apagamento da presença negra no centro da vila ocorreu em 1850, quando o poder legislativo substituiu o nome Rua do Rosário por Rua da Imperatriz³. Posteriormente, a Câmara Municipal, planejando reformular o traçado urbano da capital na segunda metade do século XIX, ampliou o largo em frente ao templo e alinhou a Rua do Rosário, para facilitar a instalação das linhas de bonde. Nesse período, a Igreja do Rosário e seus arredores foram citados como possíveis lugares que deveriam desaparecer, considerando a desapropriação da Igreja como um ato de utilidade pública. Uma das justificativas para a expulsão das irmandades negras de seu local de origem estava relacionada ao cumprimento dos padrões de higienização propostos para São Paulo no final do século XIX. Além disso, assim como outras cidades brasileiras, a capital paulista também planejava intervenções significativas em seu traçado urbano, buscando eliminar os resquícios do passado colonial e abraçar a modernidade.

A investigação dos documentos anexados à Lei nº 698, de 24 de dezembro de 1903, comprovou a rejeição da população que vivia nos arredores do Largo do Paiçandu à presença dos negros católicos naquele local, o que resultou em um abaixo-assinado e na indicação de três terrenos alternativos para a construção do novo templo⁴. A memória da comunidade negra presente no triângulo histórico seria apagada em 1904, com a mudança da designação “Largo do Rosário” para “Praça Antônio Prado” e a construção da nova Igreja segundo os padrões arquitetônicos ecléticos, bastante utilizados na

³ A primeira menção da Câmara Municipal de São Paulo a Rua da Imperatriz está na página 17 do documento da Sessão Ordinária de 23 de janeiro de 1858.

⁴ As propostas apresentadas em 1903 foram: Rua Coronel Xavier de Toledo; a segunda opção no Largo do Arouche, entre as Ruas do Arouche e Bento Freitas; e a terceira proposta foi um lote na esquina das Ruas São João e Conselheiro Crispiniano.

construção civil de início do século XX. Após dois anos de obras, em março de 1906, o novo templo foi inaugurado no Largo do Paiçandu. Em 1940, a Câmara Municipal de São Paulo teve novamente como alvo a nova Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, argumentando a necessidade de reformulação do traçado viário daquele entorno, idealizado na gestão de Prestes Maia. Tal projeto ofereceu à Irmandade um novo terreno no bairro da Barra Funda, mas, em decorrência de inúmeros protestos, o projeto foi abortado e a Igreja se manteve no local (RIBEIRO, 2016, p. 120). Em 1953, o então prefeito Jânio Quadros acatou a sugestão de um grupo de políticos da época e promoveu um concurso para a criação da estátua de Mãe Preta, obra idealizada pelo artista Júlio Guerra. Embora tenha enfrentado críticas devido ao custo do projeto, a escultura foi instalada no Largo do Paiçandu, com o propósito de recriar uma atmosfera que reforçasse o caráter da praça como um lugar de memória das comunidades afro-brasileiras em São Paulo.

Já no final do século XX, as ações protecionistas revisitaram o reconhecimento das igrejas das irmandades, dando destaque para a participação da população negra na construção da identidade brasileira. No entanto, essa atenção tardia resultou na perda de força dessas congregações, devido à incisiva intervenção da Igreja na agenda política do movimento negro paulistano. O clero expropriou o patrimônio desses grupos, usurpou sua administração e padronizou os cultos e as celebrações seguindo a tradição católica apostólica romana. Essa padronização afastou a comunidade negra, devido às diferenças culturais entre os ritos praticados pelos leigos e os novos rituais organizados pelos padres. Como consequência, essas Igrejas foram esvaziadas e abandonadas pelos seus ex-frequentadores. Vale lembrar que o complexo arquitetônico da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos incluía também um pequeno chafariz e um cemitério, desativado em 1872, onde eram realizados funerais e ritos sincréticos.

2.2. A dimensão material e o patrimônio edificado: breves apontamentos

A simplicidade dos traços arquitetônicos da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo é representativa do extrato social do qual advêm seus seguidores. Seu estilo é considerado eclético, um tipo de composição que estava muito em voga no Brasil na virada do século XIX para o XX, que combina elementos de cunho renascentista, barroco e neoclássico. Na fachada da Igreja, pintada hoje de amarelo vibrante, a arquitetura é robusta, horizontalizada, com torres mais baixas e o portal principal em forma de arco. A fachada é revestida de argamassa e a pintura atual, feita

com base em látex. O sóculo⁵ e a escadaria são de granito. Já o portão de acesso principal é de metal, composto de duas folhas de abrir e uma bandeira fixa. Os vitrais são construídos em caixilharia metálica. A torre principal apresenta vitrais fixos e janelas basculantes. Na fachada posterior, há uma porta de serviço, feita de madeira com uma grade metálica, que dá acesso ao subsolo, de uso restrito para as reuniões da Irmandade. As esquadrias do subsolo são venezianas de alumínio. A porta lateral, por sua vez, que dá acesso à sacristia, é feita de madeira, seguida por uma porta metálica colocada posteriormente. Seu interior tem paredes e forro com pinturas decorativas e piso de ladrilho hidráulico. Algumas das talhas e imagens do interior são da antiga Igreja do Largo do Rosário. O sóculo e as colunas têm pintura em escaiola⁶. O guarda-corpo de mármore está entre a nave e o altar principal. Tem balaustrada e portão feito de gradil de ferro ornamentado, encerrando o conjunto da obra.

Fachada da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em 2023
(Largo do Paiçandu, s/nº, Centro Histórico da cidade de São Paulo)



Fonte: Google imagens

⁵ Sóculo é uma base produzida em materiais diversos, como alvenaria, gesso ou madeira, que pode ser revestida com cerâmica ou granito, bastante utilizada para apoiar móveis.

⁶ A técnica de escaiola é o acabamento dado a paredes ou pilares, revestidos de estuque, que imita qualquer tipo de mármore polido.

2.3. A dimensão imaterial e a religiosidade sincrética

As festas realizadas na primeira Igreja da Irmandade dos Homens Pretos revelavam um grande sincretismo religioso entre o catolicismo e as crenças africanas de matriz *banto*, afinal, boa parte dos cativos trazidos para São Paulo veio do atual Congo. As celebrações eram conhecidas pela eleição de um rei, uma rainha e uma corte; pela venda de quitutes tradicionais; pelos leilões ao som de atabaques; pelo manuseio mútuo de terços católicos e peles de lagarto ou sapo, figas da guiné, olhos-de-cabras e pés de galinha, tradicionais elementos das religiões de matriz africana; além da encenação da congada e da participação de grande parte dos moradores locais, que costumavam acompanhar as festividades. A procissão de Nossa Senhora do Rosário chegou a ser a principal festa da Irmandade, caracterizada pelas músicas de diversos ritmos, como os batuques, sambas e moçambiques; as danças entusiasmadas de mulheres que vestiam lenços brancos na cabeça, colares e pulseiras de ouro, além de rosários de contas vermelhas; e os grandes banquetes na casa do rei e da rainha, em que eram servidas cachaça e comidas típicas. Como alguns desses ritmos musicais eram comumente reprimidos pela polícia, devido a reclamações de moradores e à sua associação com a religiosidade negra, a dança dos caiapós também foi adotada pela comunidade como uma forma de expressar sua fé.

A presença dos moradores locais nos ritos e nas celebrações dos chamados “pretos do Rosário” também foi marcada por “escravos de ganho”, ou seja, por negros escravizados que eram contratados por pequenos comerciantes para vender doces, mandioca, pinhão, milho, frutas e legumes ao redor da Igreja. O cemitério, que foi construído ao lado do templo logo após a conclusão das obras, também ocupava um importante papel na vida religiosa daquela comunidade. Na sacristia havia uma gamela para lavagem dos defuntos e um caixão de madeira, que transportava os corpos até as covas. Esse mesmo caixão era utilizado em todas as cerimônias fúnebres, uma vez que os mortos eram enterrados apenas com lençóis, devido à condição financeira e aos poucos recursos dos quais dispunham. Os enterros começavam sempre de madrugada e eram caracterizados pela presença de um líder religioso, que entoava canções típicas do candomblé, pelo acompanhamento das músicas e por um batuque produzido pelos “mãos-de-pilão”, que socavam a terra que ia sendo jogada em cima da cova.

De acordo com o pesquisador Fabrício Forganés Santos (2021), o culto à Nossa Senhora do Rosário foi difundido inicialmente pelos padres dominicanos, durante a colonização do continente africano, em meados do século XV. O fortalecimento da devoção entre os fiéis, porém, se deu no contexto escravista de Lisboa, quando os

religiosos se aproximaram dos primeiros negros escravizados na metrópole portuguesa, disponibilizando as suas igrejas como um espaço para o exercício da fé e de práticas católicas. O viés socialmente aberto da organização religiosa pode ter contribuído para a adoção dos negros a tal devoção. Contudo, há pesquisas como a de Maria da Conceição dos Santos (2006), que atribuem a atração dos africanos à Santa devido à associação do rosário de Nossa Senhora ao rosário do Ifá, comumente utilizado por sacerdotes em solo africano.

Sobre esse quesito, Fabrício Forgenes Santos (2021) explica que um aspecto que diferenciou as irmandades negras presentes em São Paulo foi a acolhida dos africanos feita independentemente dos grupos étnicos aos quais pertenciam, situação diversa do que aconteceu em cidades como Salvador e Rio de Janeiro, onde a fundação das irmandades católicas esteve fortemente associada a um contexto de segregação, preservando no seio dos grupos religiosos as desavenças de cada região de origem. Com relação ao culto religioso, a Igreja do Rosário tinha uma dinâmica semelhante à das demais igrejas da cidade: celebrava missas, respeitava os dias santos e comemorava as festas oficiais do calendário católico. No entanto, seu principal objetivo era realizar o culto à Nossa Senhora do Rosário, motivo pelo qual arrecadavam fundos durante o ano todo, para a realização de uma celebração específica em sua homenagem.

Desse modo, portanto, é possível afirmar que as festas do Rosário marcaram a história do povo paulistano, tamanha a sua repercussão na cidade. As celebrações eram compostas por uma missa solene, por uma procissão pelas ruas do centro, além da festa de Congos, organizada a partir de um cortejo marcado por passos, cantos e bailados, que representavam a coroação de um rei e/ou de uma rainha negra. Unindo ritos católicos a elementos da cultura africana, a congada praticada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos representava, de acordo com Muniz Sodré (1998, p. 133), “uma possibilidade temporária de reterritorialização”. Por meio dessas festas e dos ritos processionais e dramáticos, os africanos e seus descendentes definiam para si um espaço simbólico dentro da sociedade colonial, no qual se tornavam agentes de sua própria história e cultura. Não obstante, esses eventos eram formas de ludicidade e de autonomia das pessoas escravizadas, que, através de festas e batuques em homenagem aos santos católicos, evocavam também as entidades africanas, o que evidencia uma forma de resistir à violência do cativo e de reduzir a distância e as saudades que sentiam da terra natal (LIMA, 2010).

Hoje em dia, a Igreja continua sendo um espaço efervescente na cidade, onde acontecem celebrações e discussões importantes, como a realização da Santa Missa e a lavagem das escadarias da Nossa Senhora do Rosário, evento que faz alusão ao Dia

Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, celebrado em 25 de julho de cada ano, bem como a festa em louvor à padroeira da Irmandade e a celebração em homenagem a São Benedito. Além disso, de tempos em tempos acontecem por lá missas sincréticas, com temáticas voltadas para as questões raciais. Em decorrência disso, em 2011, o presidente da Associação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo solicitou ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, o Condephaat, o registro das práticas realizadas pela Irmandade como patrimônio imaterial paulista, processo que se encontra sobrestado e em fase de instrução preliminar. Em 2022, finalmente, o espaço foi inserido na programação da *Jornada do Patrimônio*, evento de suma importância organizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, ocasião em que a Igreja se tornou sede de inúmeros debates e diversas rodas de conversa.

3. A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo enquanto patrimônio cultural: por uma *abordagem integrada*

Durante a *Conferência internacional sobre a salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial: no sentido de uma abordagem integrada*, promovida pela Unesco na cidade de Nara, no Japão, entre os dias 20 e 23 de outubro de 2004, a socióloga brasileira Maria Cecília Londres Fonseca participou do evento representando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ela apresentou as reflexões contidas no ensaio intitulado *Patrimônio cultural: por uma abordagem integrada*, no qual tece considerações bastante pertinentes acerca da materialidade e da imaterialidade no que diz respeito às práticas de preservação no Brasil e no mundo. Logo na abertura do texto, ela faz a seguinte indagação:

Por que nos preocupamos com uma questão tão metafísica quanto a “materialidade” e a “imaterialidade” ao discutir o tema do patrimônio cultural? Por acaso, todos os chamados bens “imateriais” não se manifestam em realidades tangíveis, como as mãos, as ferramentas e os produtos dos artesãos; o corpo e a indumentária de atores e dançarinos; os instrumentos musicais de compositores e intérpretes; a voz, emitida pelas cordas vocais, no caso das línguas e expressões orais? Em suma, é possível imaginar alguma manifestação cultural que possa ser definida como sendo exclusivamente material ou imaterial? (FONSECA, 2004, p. 69)

Trazendo essa discussão para a realidade brasileira, em particular, e dando ênfase para a herança cultural transmitida pelas populações negras e indígenas no país, Maria Cecília Londres Fonseca segue adiante em sua reflexão e chama atenção para um aspecto crucial, que, durante décadas, foi ignorado nas instâncias de poder e de tomada de decisões:

Os testemunhos históricos daqueles grupos, na verdade majoritários no Brasil, eram principalmente de natureza imaterial, uma vez que os inúmeros grupos indígenas que habitavam o território desde muito antes da chegada dos portugueses, assim como os africanos trazidos como escravos, nos legaram pouquíssimos bens culturais de natureza material passíveis de longa duração. Por outro lado, sua contribuição deixou marcas significativas e indelévels em nossa língua, nossa aparência física, nossas crenças e práticas religiosas, nossos usos e costumes, nossa gastronomia, nossos modos de viver, comer, dormir, trabalhar, construir e criar. Mas essa forte marca em todas as dimensões da vida brasileira não foi reconhecida, durante muito tempo, como fazendo parte de nosso patrimônio cultural. (FONSECA, 2004, p. 71)

Acontece que:

Os agentes da preservação cultural nesse período eram em sua grande maioria arquitetos, voltados para a proteção do crescente acervo monumental tombado, principalmente o edificado no período colonial. Os remanescentes dos vários outros grupos étnicos, assim como as tradições ibéricas populares – como festas, folguedos e celebrações de cunho religioso – eram objeto da atenção de folcloristas, etnólogos e antropólogos, que os coletavam e documentavam em outros espaços institucionais e à margem do campo das políticas estatais de patrimônio histórico e artístico.

Consequentemente, a nação representada no conjunto de bens móveis e imóveis a que se atribuía excepcional valor e, em decorrência, se protegia com o tombamento, era, até o final dos anos 1970, predominantemente branca, cristã e de tradição europeia. A marca de grupos de tradição não-ocidental na formação da sociedade brasileira estava praticamente ausente do patrimônio cultural constituído com base na legislação vigente. (FONSECA, 2004, p. 71)

Com a promulgação do Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, no entanto, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, e com a subsequente implementação de uma política nacional para a salvaguarda do patrimônio imaterial presente em território nacional, ampliou-se de modo significativo o âmbito e o alcance das políticas de preservação cultural no país (FONSECA, 2004, p. 72). Considerando os resultados positivos obtidos a

partir desse processo, novos impasses que ainda não foram devidamente equacionados surgiram e aguardam propostas para que correções de rumo possam ser elaboradas. Ainda de acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2004, p. 72), vale ressaltar que:

O principal problema é, sem dúvida, um entendimento equivocado da dicotomia entre patrimônio cultural material e imaterial. Essa dicotomia se cristalizou no atual desenho institucional do Iphan e, com frequência, tem sido reproduzida nas instâncias estaduais e municipais. Na verdade, a preservação tanto de produtos – que guardam uma relativa autonomia em relação a seu processo de produção, como é o caso das edificações e obras de arte – como de processos – que dependem de atores capacitados e interessados em atualizá-las e transmiti-las, como é o caso das celebrações e das formas de expressão – envolve sempre a consideração da dupla dimensão tangível e intangível de qualquer manifestação humana. Não resta dúvida de que muitos dos impasses e propostas apontados acima para a preservação do patrimônio cultural imaterial aplicam-se também a edificações, conjuntos urbanos e paisagens. Importante, porém, é analisar as exigências específicas, em termos de medidas de preservação, dos diferentes tipos de bens que atualmente integram o universo simbólico do patrimônio cultural brasileiro, buscando, sempre que necessário, estratégias integradas de intervenção.

Levando em consideração a discussão apresentada, e pensando especificamente nas formas de preservação da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo enquanto um patrimônio cultural que detém, ao mesmo tempo, aspectos materiais e imateriais, o que buscamos nesse breve ensaio é propor uma revisão conceitual por parte dos órgãos de proteção do patrimônio, que tenha como premissa uma *abordagem integrada*, fazendo cumprir o que prevê a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, que assim determina: “constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Dentre esses grupos inclui-se, evidentemente, a população negra que aqui vive.

Referências

- AMARAL, Raul Joviano. **Os pretos do Rosário de São Paulo**: subsídios históricos. São Paulo: Scortecci Editora, 1991.
- ARROYO, Leonardo. **Igrejas de São Paulo**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1954.
- BRASIL. **Decreto federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br>. Acesso em 7 set. 2023.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio cultural: por uma abordagem integrada (considerações sobre a materialidade e a imaterialidade na prática de preservação). In: **Anais da Conferência internacional sobre a salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial**: no sentido de uma abordagem integrada, promovida pela Unesco na cidade de Nara, no Japão, 20-23 out. 2004, p. 69-73.
- LIMA, Ariane dos Santos. Devoção negra nas irmandades católicas no Piauí do século XIX. In: PINHEIRO, Áurea; PELEGRINI, Sandra. **Tempo, memória e patrimônio cultural**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2010, p. 311-336.
- MACHADO, Antônio de Alcântara; MILLIET, Sérgio; RODRIGUES, José Wash. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Editora Itatiaia, 1980.
- NARDY FILHO, Francisco. Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 mar. 1936. Acervo Estadão.
- PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Venturas e desventuras da preservação da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (São Paulo, Brasil). In: **Anais do VII Congresso Internacional de História**, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, out. 2015.
- RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**: etnografia religiosa e psicanálise. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- RIBEIRO, Fabia Barbosa. Vivências negras na cidade de São Paulo: entre territórios de exclusão e sociabilidade. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 57, set.-dez. 2016, p. 108-138.
- SANTOS, Fabrício Forgenes. **As três Igrejas dos Homens Pretos de São Paulo de Piratininga**: gênese urbana e disputas territoriais (1720-1910). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2021.

SANTOS, Maria da Conceição dos. **Festa de preto na São Paulo antiga**: um exemplo de resiliência na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1887-1907). Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

TINHORÃO, José Ramos. **Festa de negro em devoção de branco**: do carnaval na procissão ao teatro no círio. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.